



TESOURO NACIONAL

2023

Fevereiro

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Sumário

Anexo 3

Port. STN 1.447/2022

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

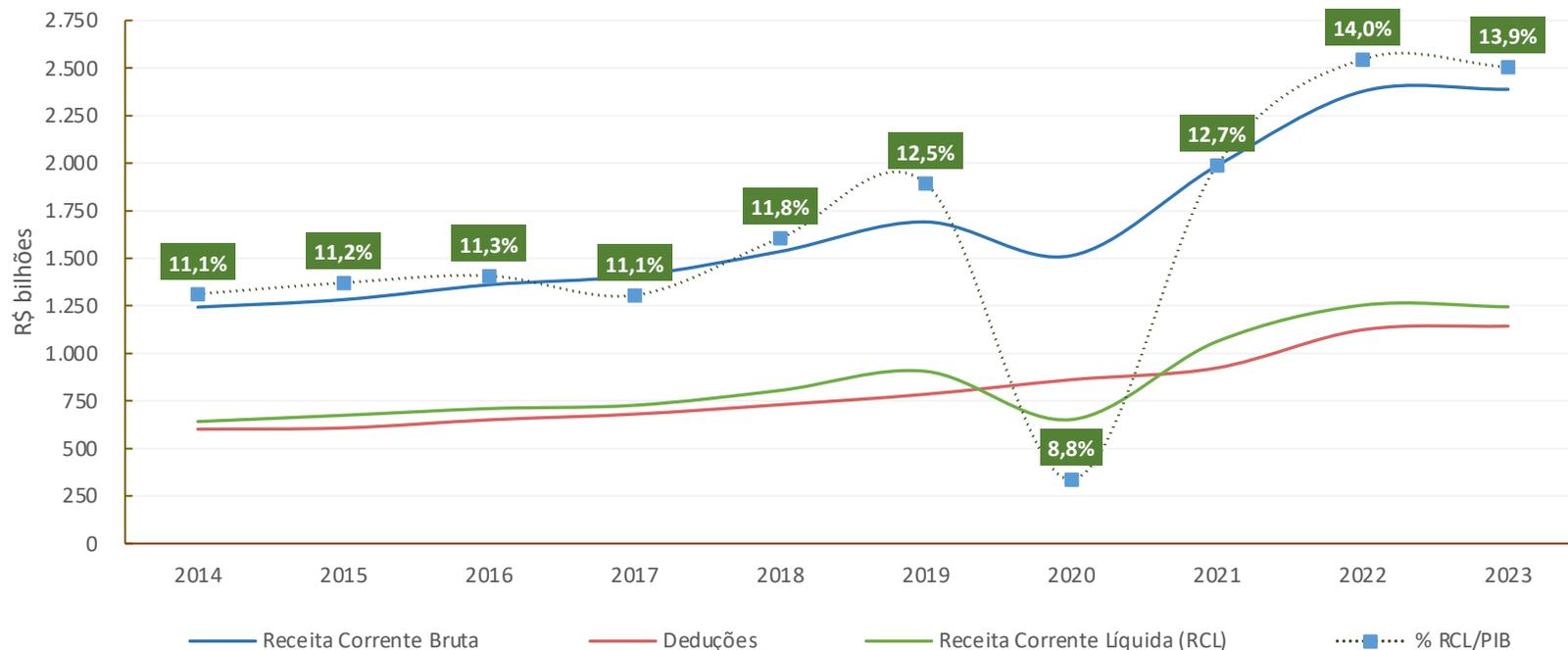
Anexo 3

Port. STN 1.447/2022

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Corrente Bruta	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514	1.986	2.377	2.388
Receita Tributária	400	425	459	465	507	546	517	711	856	872
Receita de Contribuições	671	688	730	800	844	853	826	1.001	1.128	1.133
Demais Receitas Correntes	172	170	172	143	184	292	171	274	392	382
Deduções	602	608	651	681	730	785	862	924	1.124	1.143
Transf. Constitucionais e Legais	218	214	239	240	267	298	378	367	487	495
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	319	326	342	361	380	405	396	454	530	541
Outras Deduções	65	68	70	80	84	83	87	103	107	107
Receita Corrente Líquida (RCL)	642	675	710	727	805	906	652	1.063	1.253	1.245



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e Novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

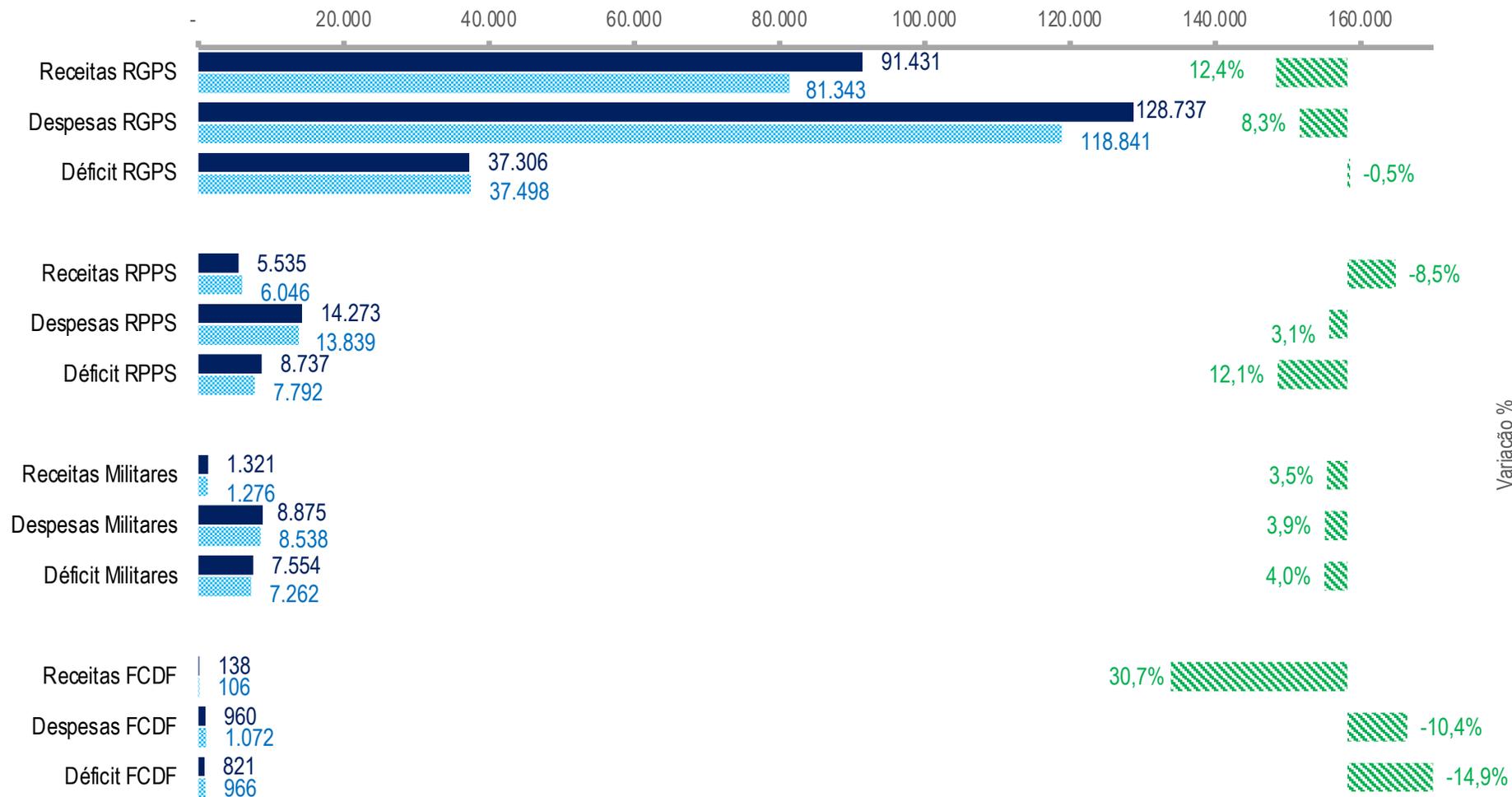
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida.

Anexo 4

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - até Fevereiro/2023 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2023

■ 2022

■ Variação (%)

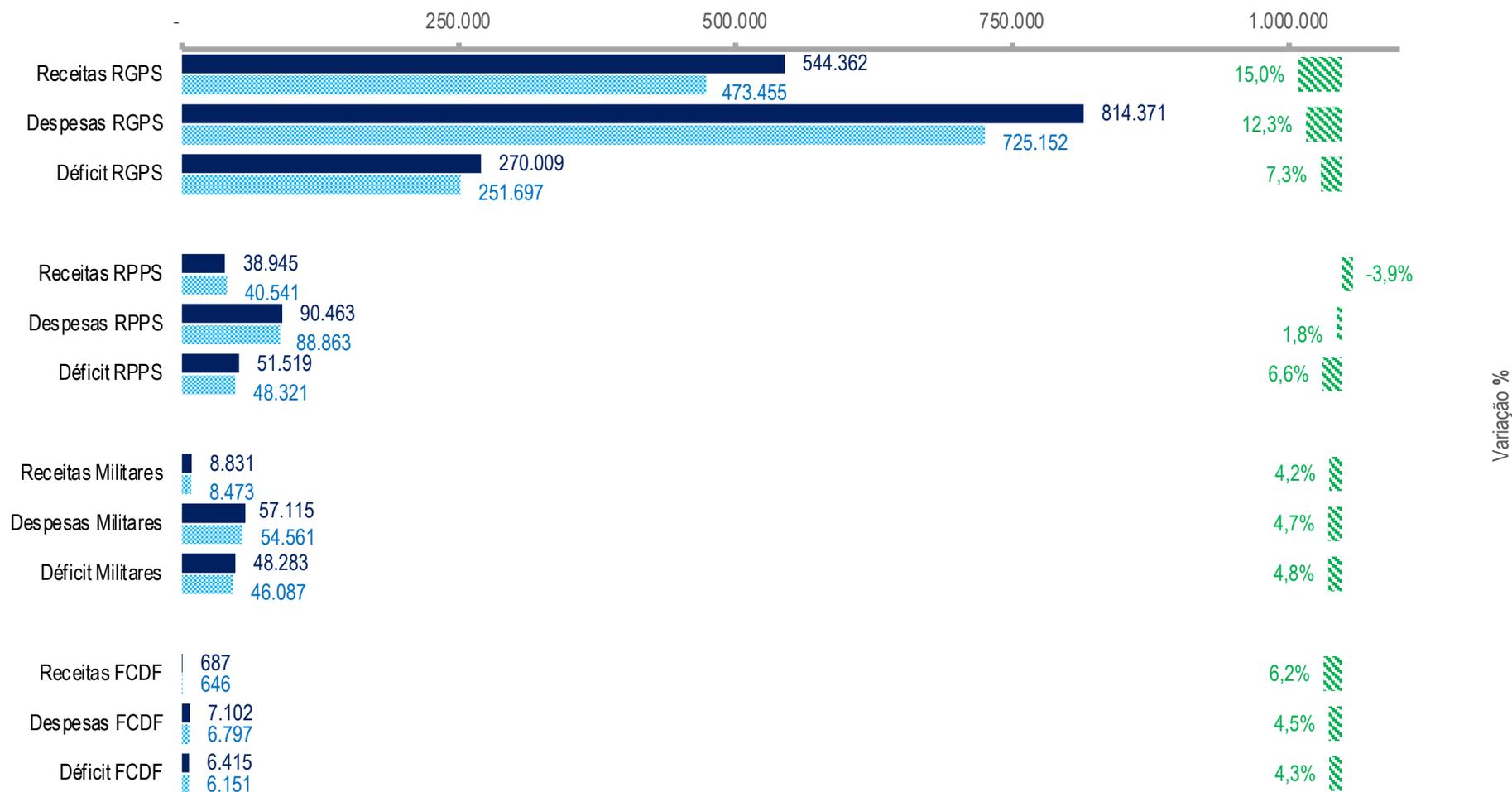
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ Mar/2022 a Fev/2023

■ Mar/2021 a Fev/2022

■ Variação (%)

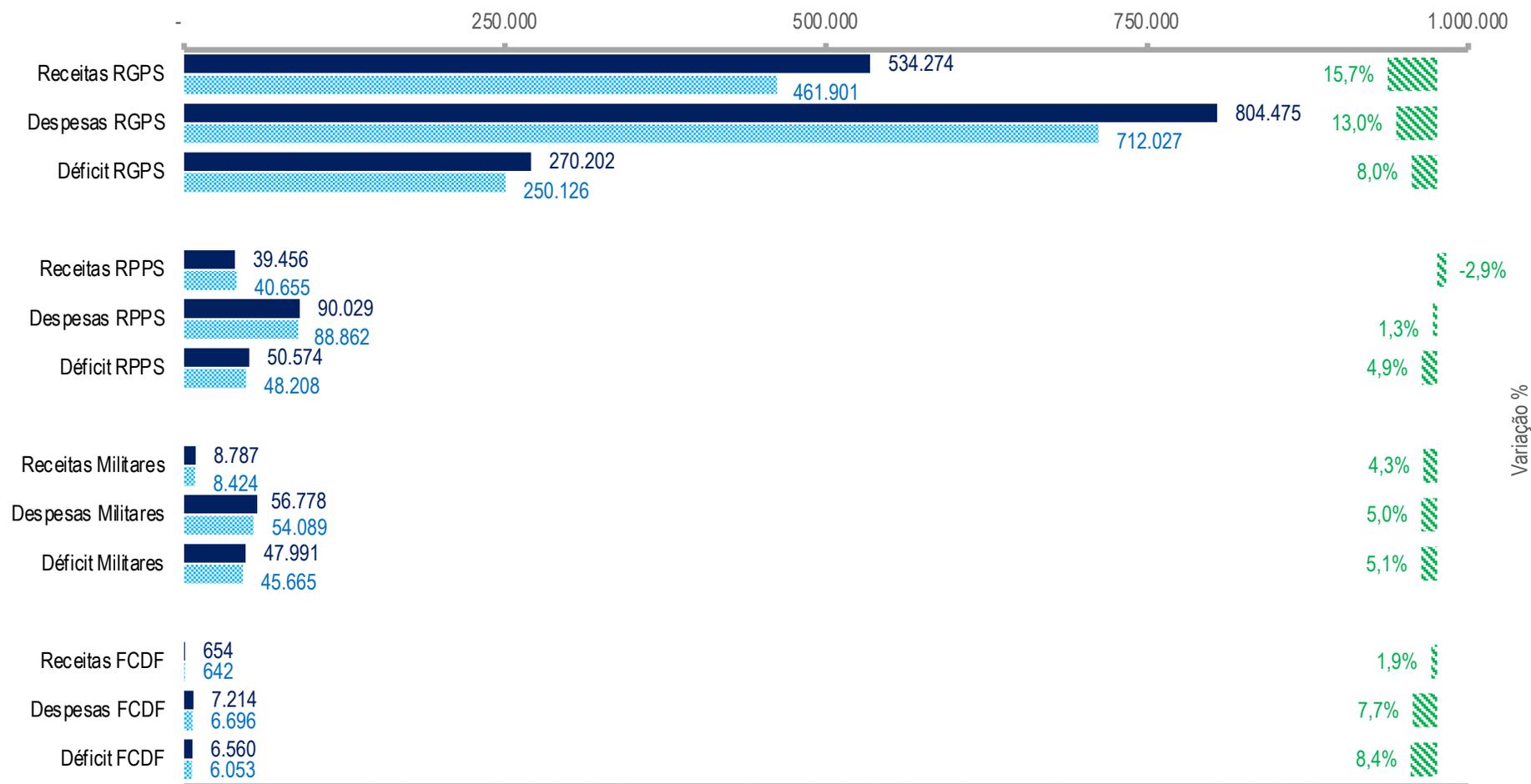
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2022 e 2021 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2022

■ 2021

■ % 2022/2021

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

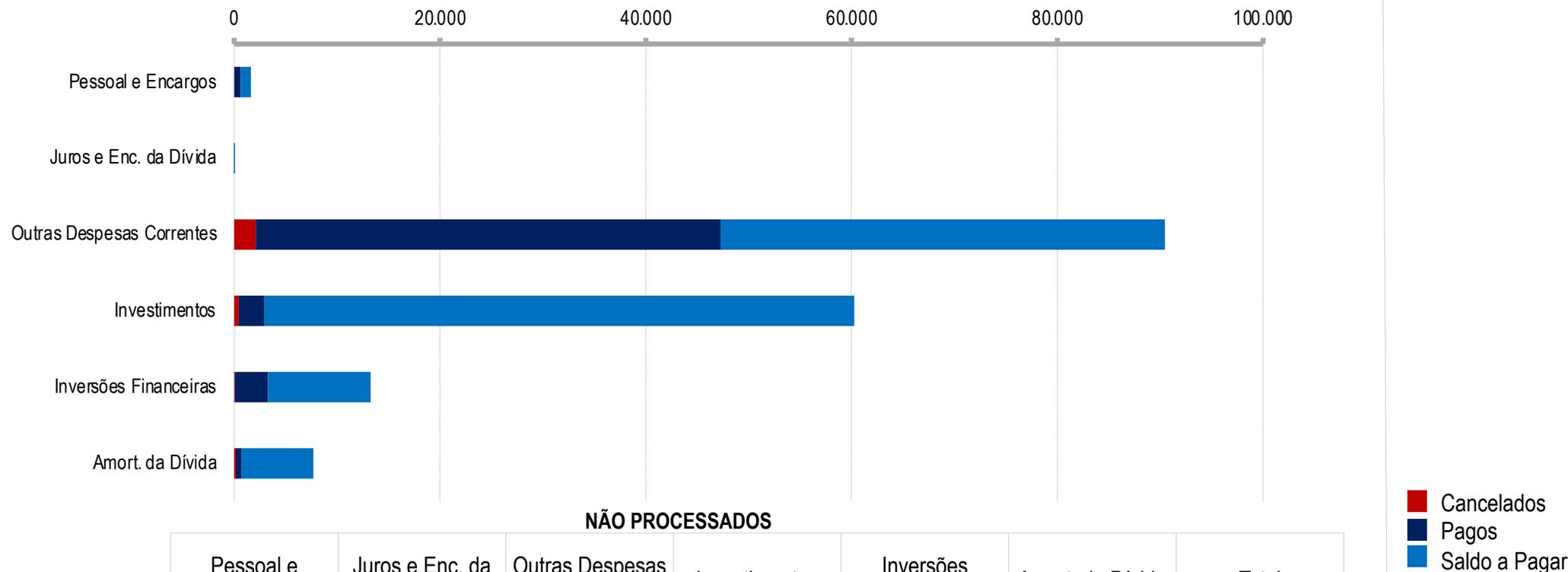
Anexo 7

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Fevereiro/2023 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

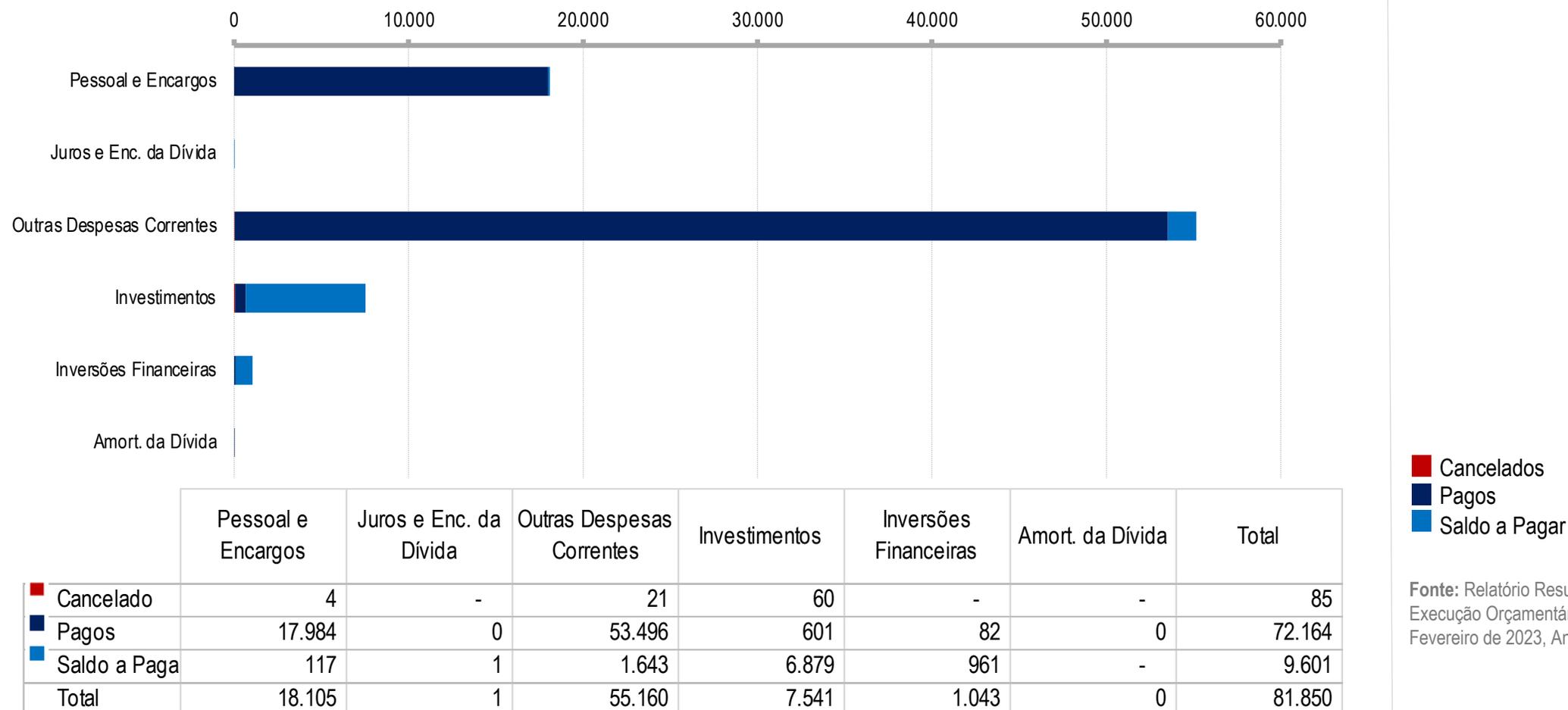
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023, Anexo 7.

Anexo 7

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Fevereiro/2023 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023, Anexo 7.

Anexo 8

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Fevereiro/2023 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

Executado 16,9% do limite mínimo



Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

* Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, corresponde ao limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo correspondeu a 18% da RLI do exercício.

Comparação Despesas Executadas (em Fevereiro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Educação	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	FEV/2023
Despesas Executadas com Educação	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	84,0	11,2
Limite Mínimo (em Dezembro)*	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	55,6	62,8	66,4
Despesa Excedente ao Mínimo	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	20,7	21,2	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Fevereiro/2023 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Fevereiro/2023, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Fevereiro	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2023	103,9	66,4	11,2	16,9%
2022	7,5	62,8	9,9	15,8%
2021	73,7	55,6	9,4	16,9%
2020	69,2	54,4	8,3	15,3%
2019	65,8	52,7	8,8	16,7%
2018	59,1	50,5	9,1	18,1%
2017	52,7	49,0	8,8	17,9%
2016	49,0	46,6	8,7	18,6%
2015	47,8	46,5	8,7	18,7%
2014	43,9	44,2	6,6	15,0%
2013	43,4	43,0	4,5	10,4%
2012	41,0	39,4	5,3	13,5%
2011	34,6	37,0	5,9	15,9%
2010	21,4	28,7	3,1	10,7%

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC N° 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, corresponde ao limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo correspondeu a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 12

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Fevereiro/2023 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

Executado 10,7% do limite mínimo



Comparação Despesas Executadas (em Fevereiro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Saúde	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	FEV/2023
Despesas Executadas com Saúde	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	151,9	15,8
Limite Mínimo (em Dezembro)	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8	147,9
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	12,0	

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 1.447/2022

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Fevereiro/2023 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Fevereiro/2023, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Fevereiro	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2023	147,9	15,8	10,7%
2022	139,8	16,0	11,5%
2021	123,8	14,8	12,0%
2020	121,2	12,6	10,4%
2019	117,3	17,3	14,7%
2018	112,4	12,7	11,3%
2017	109,1	13,5	12,4%
2016	95,4	12,7	13,3%
2015	98,3	15,4	15,6%
2014	91,6	11,6	12,7%
2013	82,9	6,9	8,3%
2012	79,5	6,6	8,3%
2011	72,1	8,8	12,2%
2010	61,2	7,0	11,4%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

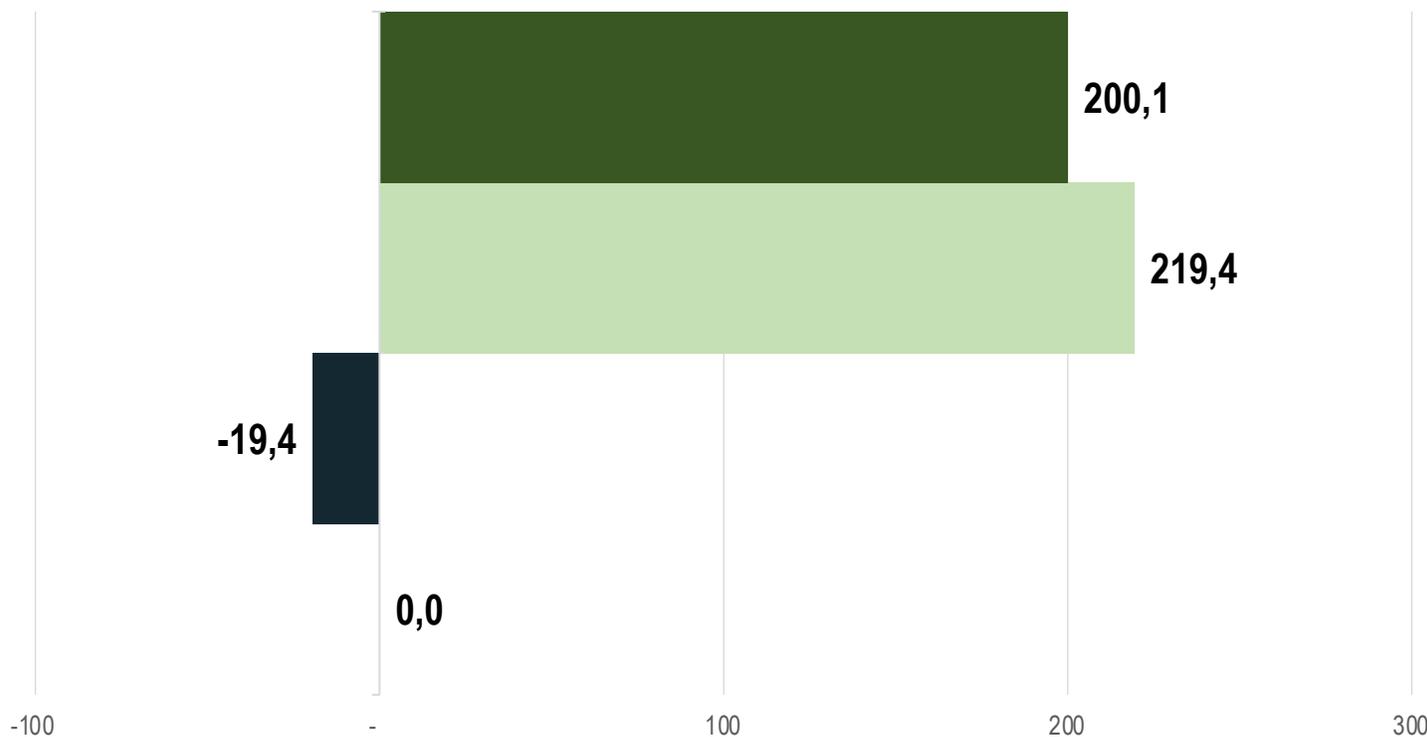
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Fevereiro/2023 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
■ Receitas da Seguridade Social	200
■ Despesas da Seguridade Social	219
■ Resultado	-19
■ DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Fevereiro/2023 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Fevereiro de 2023, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RGPS	23,53	26,73	27,99	29,41	29,42	31,65	33,91	34,66	34,49	41,20	91,43
RPPS - Civil e FCDF	1,41	2,24	2,41	2,30	2,46	2,43	2,58	2,54	3,08	3,09	5,67
Pensões Militares	0,13	0,14	0,15	0,17	0,21	0,15	0,16	0,24	0,54	0,00	1,32
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	29,89	30,23	32,54	41,62	32,82	36,51	37,36	52,03	54,56	71,68	101,63
Total das Receitas	54,95	59,34	63,10	73,50	64,91	70,74	74,01	89,47	92,67	115,97	200,05
Despesas da Seguridade Social											
Despesas do RGPS	34,71	37,13	34,41	38,60	44,50	45,51	48,41	51,47	52,33	58,74	128,74
Assistência Social	4,69	5,14	6,48	5,93	7,01	6,98	7,38	7,62	8,10	13,23	41,08
Saúde	1,44	5,21	8,66	5,53	5,89	5,65	5,45	5,00	5,67	5,59	15,78
RPPS - Civil e FCDF	4,75	4,94	5,30	5,68	6,69	6,29	6,72	7,11	7,13	7,26	15,23
Seguro Desemprego	2,84	2,65	3,71	2,75	2,58	2,72	2,60	2,72	2,30	2,84	6,03
Pensionistas Militares	1,75	2,26	2,48	1,29	1,47	1,63	1,74	1,76	1,84	1,94	4,01
Abono Salarial	0,00	0,00	0,08	2,23	1,79	2,06	2,26	3,07	3,18	1,07	3,45
Demais Despesas	1,11	1,23	1,40	1,48	1,59	1,74	2,13	1,84	2,17	2,90	5,11
Total das Despesas	51,29	58,57	62,52	63,50	71,50	72,58	76,68	80,58	82,72	93,57	219,43
Resultado											
Resultado da Seguridade Social	3,66	0,77	0,58	10,00	-6,59	-1,84	-2,67	8,89	9,95	22,40	-19,37
Receitas Desvinculadas (DRU)	6,40	6,48	6,64	0,00	10,98	12,29	12,55	0,02	0,02	0,21	0,04
Resultado com Receitas Desvinculadas	10,06	7,25	7,22	10,00	4,40	10,45	9,88	8,91	9,97	22,61	-19,34

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

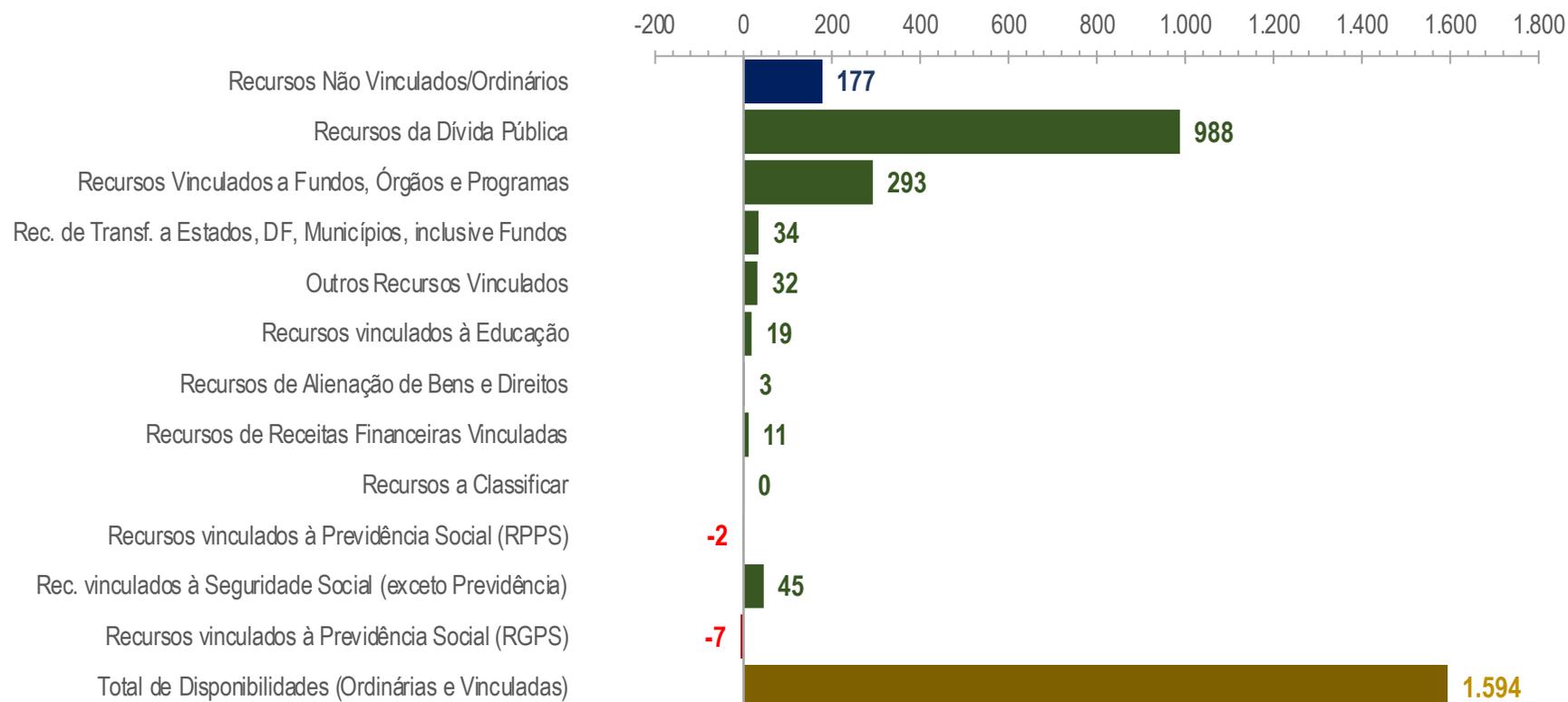
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023 e anteriores, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Fevereiro/2023 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Fevereiro/2023, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2023, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.